

LINGUASAGEM

EU SEI, MAS NÃO DEVIA: RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA NA CRÔNICA DE MARINA COLASANTI

Ângela Cristina Rodrigues de CASTRO¹

Resumo

Considerando-se a teoria dos gêneros discursivos, os conceitos de dialogismo e polifonia, elaborados por Bakhtin, a noção de intertextualidade, elaborada por Kristeva e ressaltada por Beaugrande & Dressler, e o conceito de interdiscursividade, formulado por Pêcheux, reformulado por Authier-Revuz e posteriormente desenvolvido e divulgado no seio da Semântica da Enunciação na década de 1980 por nomes como Orlandi, assim como o arcabouço teórico da Análise do Discurso (AD), de linha Semiolinguística, e da Linguística Textual (LT), todos estabelecendo um diálogo entre si, este artigo tem como proposta o estudo da intertextualidade e da interdiscursividade como elementos/fatores de construção e produção textual e de sentidos no discurso, no qual a resistência e a resiliência são reconhecidas a partir da inserção do sujeito da linguagem numa determinada formação discursiva. Para este fim, procede-se à análise da crônica “Eu sei, mas não devia”, que faz parte da coletânea de crônicas jornalísticas de Maria Colasanti, escritas de 1972 a 1996 e publicadas em um volume de título homônimo, em 1996. Fortalece-se, neste estudo, a tese de que a interdiscursividade e a intertextualidade são elementos imprescindíveis para a construção do discurso, para a compreensão de qualquer produção enunciativa, e que, em uma perspectiva dialógica discursiva, o discurso literário pode ser investigado, com base em sua constituição e materialização na heterogeneidade do sujeito inscrito em formações discursivas, constituindo-se o discurso como o lugar, o espaço de resistência e resiliência.

Palavras-chave: Intertextualidade, Interdiscursividade, Texto Literário, Resistência, Resiliência.

Abstract

Considering the genre theory, the concepts of dialogism and polyphony elaborated by Bakhtin, the notion of intertextuality, elaborated by Kristeva and emphasized by Beaugrande & Dressler, and the concept of interdiscursivity, formulated by Pêcheux, reformulated by Authier-Revuz and later on developed and extended over the Semantics of Enunciation in the 80s by representative names such as Orlandi, as well as the theory in the Semiolinguistic Discourse Analysis and in the Text Linguistics, in a context of close dialogue among them all, this article presents a proposal for the study of intertextuality and interdiscursivity as tools for the construction and

¹ Ângela Cristina Rodrigues de Castro é professora no EF/EM e na Pós-Graduação, em instituição federal de ensino. É graduada em Letras (Português-Inglês) pela UFRJ e Mestre pelo Curso Interdisciplinar em Linguística Aplicada da mesma universidade. É Doutora em Língua Portuguesa pela UERJ. E-mail: rcastrocrisina@gmail.com

production of meaning, in which resistance and resilience are recognized from the insertion of the subject of language in a certain discursive formation. To this end, it's carried out the analysis of the chronicle "Eu sei, mas não devia", part of the collection of journalistic chronicles by Marina Colasanti, written from 1972 to 1996 and published in one single volume under a homonymous title, in 1996. This study reinforces the thesis in which interdiscursivity and intertextuality are considered indispensable elements in the construction of discourse, in the comprehension of any enunciative production, and that in a discursive dialogical perspective, the literary discourse can be investigated, based on its constitution and materialization in the heterogeneity of the subject inscribed in discursive formations, being the discourse the place, the space of resistance and resilience.

Keywords: Intertextuality, Interdiscursivity, Literary Text, Resistance, Resilience.

Introdução

"Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia."

Com esse enunciado, entrecortado por vozes suas, de seus leitores e de outros interlocutores, previsíveis e imprevisíveis, Marina Colasanti inicia a crônica "Eu sei, mas não devia", uma crônica de resiliência e resistência, que também dá título à coletânea em que foi publicada, em 1996.

Tendo por base um arcabouço teórico da Análise do Discurso (AD), da Linguística Textual (LT) e da Semântica da Enunciação, a partir da análise da crônica que faz parte da coletânea, será feito um estudo da intertextualidade e da interdiscursividade como elementos/fatores de construção e produção textual e de sentidos no discurso, no qual a resistência e a resiliência são reconhecidas a partir da inserção do sujeito da linguagem numa determinada formação discursiva.

Pressupostos teóricos

Atualmente, a AD não se limita a um estudo puramente linguístico, mas considera também outros aspectos externos à língua: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos (que cercam a produção de um discurso e nele se refletem), o espaço que o discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade (BRANDÃO, 1993). Na AD, um conceito fundamental é o de 'condições de produção', ou seja, o conjunto de elementos que permeiam a produção de um discurso – o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando.

A Linguística Textual (LT), por sua vez, constitui um ramo da linguística que começou a se desenvolver nos anos de 1960 e cuja hipótese de trabalho consiste em tomar o texto como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação,

visto ser ele a forma específica da manifestação da linguagem (FÁVERO; KOCH, 1994).

Partindo desse pressuposto, em Beaugrande e Dressler (1981) encontra-se a definição de ‘textualidade’ como um conjunto de características que fazem com que o texto seja considerado como tal, destacando-se aí os sete princípios da textualidade: a coesão, a coerência, a aceitabilidade, a informatividade, a intencionalidade, intertextualidade e a situacionalidade.

Por outro lado, a Semântica da Enunciação (ou Argumentativa ou macrossintaxe do discurso) é uma ramificação da Linguística atual que se ocupa em estudar a argumentação por trás dos enunciados – ela “postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua” (KOCH, 2002, p. 19). Conforme afirma a mesma autora, a semântica da enunciação procura identificar em qualquer produção enunciativa o traço que a faz ser empregada “com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros” (KOCH, 2002, p. 102). Em adição, a macrossintaxe do discurso também busca considerar as vozes que compõem o enunciado, considerando no estudo da significação algum elemento exterior ao sistema da língua, o elemento extralinguístico.

Ao se estabelecer uma interface entre as três áreas de estudo acima descritas, é possível observar que o ponto comum entre elas se encontra na tríade condições de produção – texto – textualidade, na qual o enunciado/texto encontra sua validação em uma dimensão sociocomunicativa, visto ser, atualmente, impossível não considerar qualquer texto como “um cruzamento de discursos diversos, de enunciados de discursos diferentes” (ORLANDI, 1988), ou seja, um entrecruzamento de interdiscursos.

A visão dialógica de texto e de gêneros discursivos

No estudo que hora se propõe, parte-se da concepção de que qualquer texto, segundo uma perspectiva bakhtiniana, constitui um enunciado, um diálogo, esse entendido como “o extensivo conjunto de condições que são imediatamente moldadas em qualquer troca real entre duas pessoas, mas não são exauridas em semelhante intercâmbio” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 36).

Partindo dessa perspectiva, Bakhtin entende que qualquer “enunciado considerado isoladamente é, com certeza, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1992, p.

279) - os gêneros discursivos ou textuais, termos aqui intercambiáveis -, que dependem da “natureza comunicacional” da troca verbal.

Apresentam-se, então, duas categorias: a) “gêneros primários” (produções “naturais”, espontâneas, da vida cotidiana) e b) “gêneros secundários” (produções “construídas”, institucionalizadas, produções elaboradas que derivam dos primários).

Essa categorização do discurso leva à ancoragem do conceito de dialogismo e, posteriormente, de heterogeneidade constitutiva, nos quais se entende que qualquer texto/enunciado é dominado pelo interdiscurso, é tecido dos discursos do outro. Claude Duchet (apud VIGNER, 2002) observa: “Não existem textos ‘puros’”.

Estabelecendo, então, uma ponte com os estudos em Linguística Textual e, mais especificamente, com a sugestão dos sete princípios de textualidade proposta por Beaugrande e Dressler (1981), volta-se a atenção para o princípio da ‘intertextualidade’, princípio esse que se relaciona com os fatores que fazem a produção e a recepção de um texto depender do conhecimento de outros textos. Conforme observa Bazerman (2007, p. 92): “A intertextualidade constitui uma das bases cruciais para os estudos e a prática da escrita. Os textos não surgem isoladamente, mas em relação com outros textos”.

A intertextualidade, assim, é entendida como o conjunto de relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo determinado de textos mantém com outros textos. Conforme afirma Laurent Jenny (1979, p. 14), “[...] a intertextualidade designa não uma soma confusa e misteriosa de influências, mas o trabalho de transformação e assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido”

Ainda com base no trabalho de Laurent Jenny, Valente (2002, p. 180) acrescenta que a intertextualidade pode ser classificada em ‘interna’, quando o autor cita a si próprio, e ‘externa’, quando cita outro(s) autore(s) e que se subdivide em ‘explícita’ (citação na íntegra de uma frase, um verso, um fragmento de texto) ou ‘implícita’ (citação parcial, modificada). Tal conceito fundamenta-se no pressuposto de que, conforme Meserani (2001, p. 72), “todo texto se inscreve na história dos textos antecedentes da sua série ou sistema, que acabam por codificar a sua produção”.

Segundo ainda este último autor, cada texto “entra numa relação de *assimilação* e de *transformação* ou de *transgressão*” (MESERANI, 2001, p. 72). Ao estabelecer uma relação negativa com seus modelos o texto opera na *transgressão*; ao não se estabelecerem como simples relatos de memórias reescrevem as lembranças, operando

na *assimilação* e na *transformação*. Embora Meserani faça referência a textos literários, pressupõe-se que a premissa também possa ser adequada a textos não-literários.

Embora a noção de intertextualidade tenha sido apresentada por Kristeva para o estudo do texto literário, ela hoje se encontra disseminada no estudo de textos de gêneros e funções diversas. É o que ressalta Maria Teresa Gonçalves Pereira (apud Valente, 2002) ao afirmar que o fenômeno também surge “nas pequenas intervenções do dia-a-dia, em conversas ou situações informais, títulos de obras de meios de comunicação diversos. *Aparece para pontuar, esclarecer, caracterizar melhor determinada situação*” (grifo nosso). Percebe-se aí, então, a importância do estudo da intertextualidade no processo de produção de sentidos. Sem as devidas referências intertextuais o leitor pode vir a ter dificuldades para atuar como sujeito, leitor crítico do enunciado que se lhe apresenta.

A interdiscursividade, por sua vez, um conceito originário da proposta teórica de Pêcheux, refere-se à memória discursiva, ou seja, aos vários discursos anteriores e exteriores ao dizer, o qual é constituído no momento da enunciação, mas os dizeres anteriores o constituem enquanto interdiscurso.

Gouvêa (2007) cita Fiorin que define interdiscursividade como “o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro”. Assim, segundo os conceitos até aqui apresentados, entende-se o interdiscurso como pertencente ao que Fiorin (1998), denomina de ‘coerência extratextual’, aquela que diz respeito à adequação entre o texto e uma “realidade” exterior a ele.

Ademais, há que se considerar outros dois conceitos básicos relacionados ao estudo da interdiscursividade (FIORIN, 2004, p. 40), a saber:

- a) universo discursivo – conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem numa dada conjuntura; é constituído de muitos campos: o político, o religioso, o filosófico etc.
- b) campo discursivo – conjunto de formações discursivas que estão em concorrência (por exemplo, o político, o religioso), que se delimitam reciprocamente, em uma região determinada do universo discursivo. Cada campo discursivo é, de forma dialética, constituído de vários espaços – os interdiscursos.

Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 286) citam Courtine ao dizerem que o interdiscurso é “uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas”, formações ideológicas essas aqui entendidas como “posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 241). Em seu seio, essas formações incluem uma ou mais formações discursivas² interligadas, determinando *o que pode e deve ser dito*.

Segundo os mesmos autores, também se chama de interdiscurso o conjunto de unidades discursivas (discursos anteriores do mesmo gênero, assim como discursos contemporâneos de outros gêneros) com os quais um discurso entra em relação implícita ou explícita. De acordo com tal conceito, não necessariamente há uma oposição ideológica entre os diferentes gêneros ou campos discursivos, ou seja, entre as formações discursivas.

Na relação entre intertextualidade e interdiscursividade, pode-se afirmar que:

- a) a intertextualidade está em relação direta com outros textos, pré-existentes, assim como a interdiscursividade o está em relação a outros discursos;
- b) a interdiscursividade não implica a intertextualidade, mas que o contrário é verdadeiro, visto que “ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta” (cf. FIORIN, 2003 apud GOUVÊA, 2007).

A resistência e a resiliência (transformação) no discurso

A partir das concepções construídas na Análise de Discurso, compreende-se que o sujeito “se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se” (ORLANDI, 2007), embora não constitua a origem de seu dizer nem da literariedade, conforme o conceito de heterogeneidade discursiva, de Authier-Revuz (MAINGUENEAU, 1997).

² O conceito de formações discursivas advém da teoria de Foucault, pertencente ao paradigma marxista formação social, formação ideológica, completando-se com formação discursiva. Formações discursivas são um conjunto de enunciados que não se resumem aos objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas que são submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. Segundo Foucault (1969, p.135) “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Ou seja, o discurso é um conjunto de enunciados uma vez que se apoiem na mesma formação discursiva.

O discurso literário, por sua vez, é compreendido como aquele que conserva “relação de reciprocidade e de interdependência entre os diversos campos da cultura” (BAKHTIN, 2017, p. 11-12) e “se revela antes de tudo na unidade diferenciada da cultura da época da sua criação, mas não se pode fechá-la nessa época: sua plenitude só se revela no grande tempo.” (BAKHTIN, 2017, p. 16).

Segundo, então, uma perspectiva dialógica discursiva, o discurso literário pode ser reconhecido como lugar, espaço de resistência no qual, a partir de sua constituição e materialização na heterogeneidade do sujeito inscrito em formações discursivas, o passado e/ou presente ecoam e perduram. Embora este passado e/ou presente estejam fincados em raízes individuais no enunciado, metonimicamente representam memórias, dores e perdas de outros “eus” coletivos, confirmando a relação com a alteridade (GEGe, 2013, p. 13) que os constitui.

Dessa forma, o discurso literário passa a se constituir como um ‘discurso literário de resistência e resiliência’, entendida a última como “um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interatuam em uma relação recíproca, que permite `a pessoa se adaptar, apesar da adversidade” (INFANTE, 2005, p.25), como uma resposta em que entram em jogo mecanismos de proteção, de sobrevivência e, muitas vezes, de fortalecimento e transformação. Na consideração desses conceitos é que se propõe a análise do texto de Marina Colasanti.

“Eu sei, mas não devia” – análise

O livro **Eu sei, mas não devia** (Editora Rocco, 1996) reúne crônicas jornalísticas de Marina Colasanti, escritas no período de 1972 a 1996. Com esse livro, a autora conquistou o Prêmio Jabuti em 1997.

Por si só, o gênero discursivo ao qual pertencem os textos já estabelece uma relação de alteridade – num intertexto (e interdiscurso) com o gênero jornalístico, as crônicas estabelecem uma visão, transmitida pela autora, embora de caráter coletivo, sobre fatos do cotidiano, os quais, no jornal, seriam enfocados de outra forma, sem espaço para um esboço de entretenimento e simultaneamente de reflexão crítica. Abre-se espaço, assim, para uma pequena intervenção da teoria literária e destaca-se uma afirmação de Massaud Moisés (1990, p. 247):

[...] a crônica move-se entre ser no e para o jornal, uma vez que se destina, inicial e precipuamente, a ser dada no jornal ou revista. Difere, porém, da matéria substancialmente jornalística, naquilo em

que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de suas **virtualidades latentes**, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício.

Nessas virtualidades latentes é ressaltado o “exterior constitutivo”, o “já dito” sobre o qual o discurso se constrói (FIORIN, 2004).

A crônica ‘Eu sei, mas não devia’ foi escrita para o **Jornal do Brasil** em 1972, durante o Governo Médici, período no qual se observa o auge da repressão política no Brasil, inclusive dos órgãos de imprensa, e a existência de uma campanha de defesa do ufanismo nacionalista, com palavras de ordem e de cooperação como “Brasil, Ame ou Deixe-o”. Logo, a crônica pode ser contextualizada como uma produção discursiva literária de resistência e resiliência.

Dessa forma, embora Marina Colasanti tenha assinalado no prefácio “[...] justamente essa crônica hesitei em publicar, temendo *que expressasse emoções por demais pessoais.*” (grifo nosso), criando a ilusão de que ela, enquanto sujeito da enunciação, seria “a origem” do seu dizer, o discurso evidencia, já no título, uma reprodução do que era dito (e sentido) pela sociedade brasileira da época, qui  da sociedade brasileira atual. Ou seja, o dizer “Eu sei, mas não devia” revela uma significação de caráter histórico e político, com traços de resistência a partir da consciência (Eu sei) e, principalmente da resiliência, traduzida na imperiosidade da sobrevivência (mas não devia).

Destarte, não se pode negar a presença da interdiscursividade por todo o texto, inclusive na constatação que d  início ao texto – “Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.” – numa demonstração de uma luta pela sobrevivência, de uma resistência coroada por uma noção da necessidade de (re)a  o. É nessa interdiscursividade que a autora ganha empatia de seus leitores que se reconhecem em seu texto.

Logo, no primeiro parágrafo encontra-se outra instância de interdiscursividade:

(1) A gente se acostuma a morar em apartamentos de **fundos** e a **não ter outra vista que não as janelas ao redor**. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, **porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas**. E, **porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz**. E, **  medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplit o.**

Observa-se neste trecho uma alusão ao “Mito da Caverna”, de Platão – quem mora de fundos tem uma visão limitada do seu entorno, tem pouca luz em seu apartamento, e, as cortinas, iluminadas pela luz superficial, contribuem para as imagens distorcidas. Os itens lexicais “fora” e “amplidão” funcionam como termos anafóricos para “vista”, que se amplia para o “universo” se for considerada a gradação “sol”, “ar”, “amplidão”, em direção ao ilimitado, em oposição ao limitado lado de dentro.

O período “à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão” remete à ideia de que a vida, como ela deveria ser, não mais existe porque há certa acomodação à rotina cotidiana, em que ‘não se vive, mas sobrevive’.

(2) A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagará mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra. (p.09-10)

Neste trecho, por meio das múltiplas vozes que se ouvem na voz da autora, constata-se também uma filosofia quase estoica de quem está resignado com o seu sofrimento, mas que revela um conformismo inconformado (a resiliência como forma de resistência) diante do quadro de inflação vivido no País. Tal espaço de resistência se reflete nos períodos “E a ganhar menos do que se precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagará mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.” Assim como a inflação, a resposta resiliente deve se ampliar a cada dia, diante de cada situação enfrentada.

(3) A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. [...] (p.10)

(4) A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, **para preservar a pele**. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, **para esquivar-se da faca e baioneta**, para poupar o peito. **A gente se acostuma para poupar a vida**. (p. 10) (grifo nosso)

No trecho (3) observa-se também outro traço da memória discursiva social em “*Em doses pequenas, tentando não perceber*, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá.”, que remete o leitor a um diálogo interdiscursivo com a medicina homeopática, a qual estabelece o tratamento baseado no uso de doses diminutas (“doses homeopáticas”) de remédios que, em grandes dosagens, podem

produzir efeitos semelhantes aos da doença que está sendo tratada. As doses diminutas dos componentes da medicação despertam a menor reação possível no organismo do paciente.

Na crônica, a autora pretende que a dor, o ressentimento, a revolta não tomem conta de si, ou seja, que não “exercam reação (negativa, pernicioso) em seu ser” – busca resistir e sobreviver (atitude de resiliência).

No trecho (4) observam-se as alusões a práticas violentas de instituições militares, apoiadas por algumas figuras públicas da sociedade civil (MARINHO, 1984), para “manter a ordem” do Estado Brasileiro, durante o Regime Militar no Brasil em 1964, As ações violentas das forças militares se manifestam em “[...] ralar na aspereza” e “[...] faca e baioneta” e suas consequências em respostas de resistência se manifestam em “preservar a pele”, “poupar a vida” (repetida duas vezes no texto), “poupar o peito”. O lugar de resiliência para a sobrevivência se manifesta na oração “A gente se acostuma”.

Conclusão

Tendo em vista a análise realizada, é possível verificar que tanto a intertextualidade quanto a interdiscursividade constituem processos que permitem que se diminua o limite entre o literário e o não literário, uma vez que ao se reconhecer (ao reconhecer sua voz) no texto, o leitor se permite atuar no imaginário social do texto, tornando a produção de sentidos proposta muito mais significativa.

Seguindo ainda nessa mesma linha de pensamento, é possível, também, observar como a escolha dos interdiscursos (consciente ou inconscientemente) permite situar o leitor possível para o texto, visto que todo interdiscurso vem carregado de formações ideológicas que se inserem nesse universo discursivo. Por essa razão, Maingueneau (1997) afirma que ‘o interdiscurso prima sobre o discurso’, ou seja, não se pode analisar o discurso sem considerar os discursos que nele se inserem, de forma antagônica ou não.

A partir destes recursos, em uma perspectiva dialógica discursiva, o discurso literário pode ser investigado, com base em sua constituição e materialização na heterogeneidade do sujeito inscrito em formações discursivas. Na crônica em foco, o passado e/ou presente ecoam e perduram, conforme comprovam as construções e leituras intertextuais e interdiscursivas, constituindo-se o discurso como o lugar, o espaço de resistência e resiliência.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BAZERMAN, Charles. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de E DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to text linguistics**. London; New York: Longman, 1981.
- BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- CHARAUDEAU, Patrick E MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CLARK, Katerina E HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FIORIN, José Luiz. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. In: ABDALA Jr, Benjamin. **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- FIORIN, José Luiz. Teorias do texto e ensino: a coerência. In: VALENTE, André Crim (org.). **Língua, lingüística e literatura – uma integração para o ensino**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 209-227.
- GEGe (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso). **Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin**. São Carlos: Pedro e João
- GOUVÊA, M. A. R. O princípio da intertextualidade como fator de textualidade. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano II, n. 4, agosto 2007. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/pesquisa/caderno/edicao/04/57.pdf>
- INFANTE, Francisca. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Néstor Suárez. **Resiliência; descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Grupo A/Artmed, 2005.
- JENNY, Laurent. A estratégia da forma. **Intertextualidades**. Tradução da revista **Poétique**, número 27. Lisboa: Almedina, 1979, p.19-45.
- KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. **Intertextualidade – diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. **O Globo**. Editorial. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em <https://robertomarinho.globo.com/opinia/julgamento-da-revolucao/>. Acesso em 05/06/2020.

MESERANI, Samir. **O intertexto escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOISÉS, Massaud. **A Criação Literária - Prosa**. São Paulo: Cultrix, 1990.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1988.

ORLANDI, Eni P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 11-20.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo: Ática, 1985.

VALENTE, André Crim. Intertextualidade: aspecto da textualidade e fator de coerência. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (orgs.). **Língua e transdisciplinaridade – rumos, conexões, sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 177-193.

VIGNER, Gerard. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Puccinelli; OTONI, Paulo (orgs.). **O texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 2002.

Como referenciar este artigo:

CASTRO, Ângela Cristina Rodrigues de. Eu sei, mas não devia: resistência e resiliência na crônica de Marina Colasanti. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 1-12, janeiro, 2021.